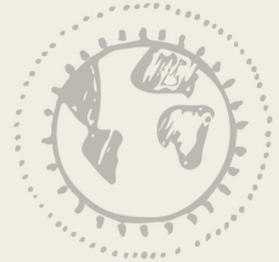
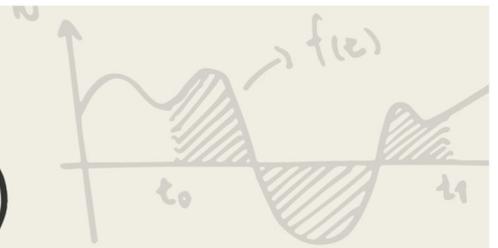


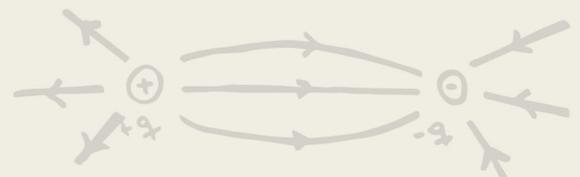
meSalva!



## COMO ASSIM, A REALIDADE É SOCIALMENTE CONSTRUÍDA?

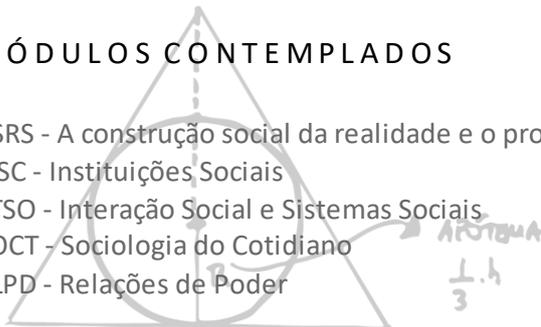


AFIXOS  
CONTROLADO → MENTE  
SUFIXO  
CAFETERIA  
SINAL DE NEGAÇÃO



MÓDULOS CONTEMPLADOS

- ✓ CSRS - A construção social da realidade e o processo de socialização.
- ✓ ISSC - Instituições Sociais
- ✓ STSO - Interação Social e Sistemas Sociais
- ✓ SOCT - Sociologia do Cotidiano
- ✓ RLPD - Relações de Poder



meSalva!



CURSO

EXTENSIVO 2017

DISCIPLINA

SOCIOLOGIA

CAPÍTULO

COMO ASSIM, A REALIDADE É SOCIALMENTE CONSTRUÍDA

PROFESSORES

CAETANO SORDI



## COMO ASSIM, A REALIDADE É SOCIALMENTE CONSTRUÍDA?

O QUE É UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL?

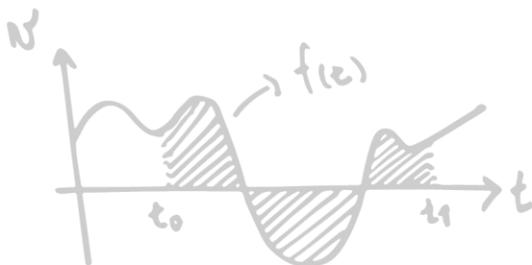
Você já deve ter ouvido que a realidade é “socialmente construída”. No entanto, além do estranhamento que essa afirmação provoca, é bem possível que você tenha se perguntado o que ela significa exatamente. Afinal de contas, se tudo é mesmo uma “construção social”, como é possível que o mundo se apresente para nós de maneira tão estável e exata? O que realmente os cientistas sociais querem dizer com “socialmente construído”?

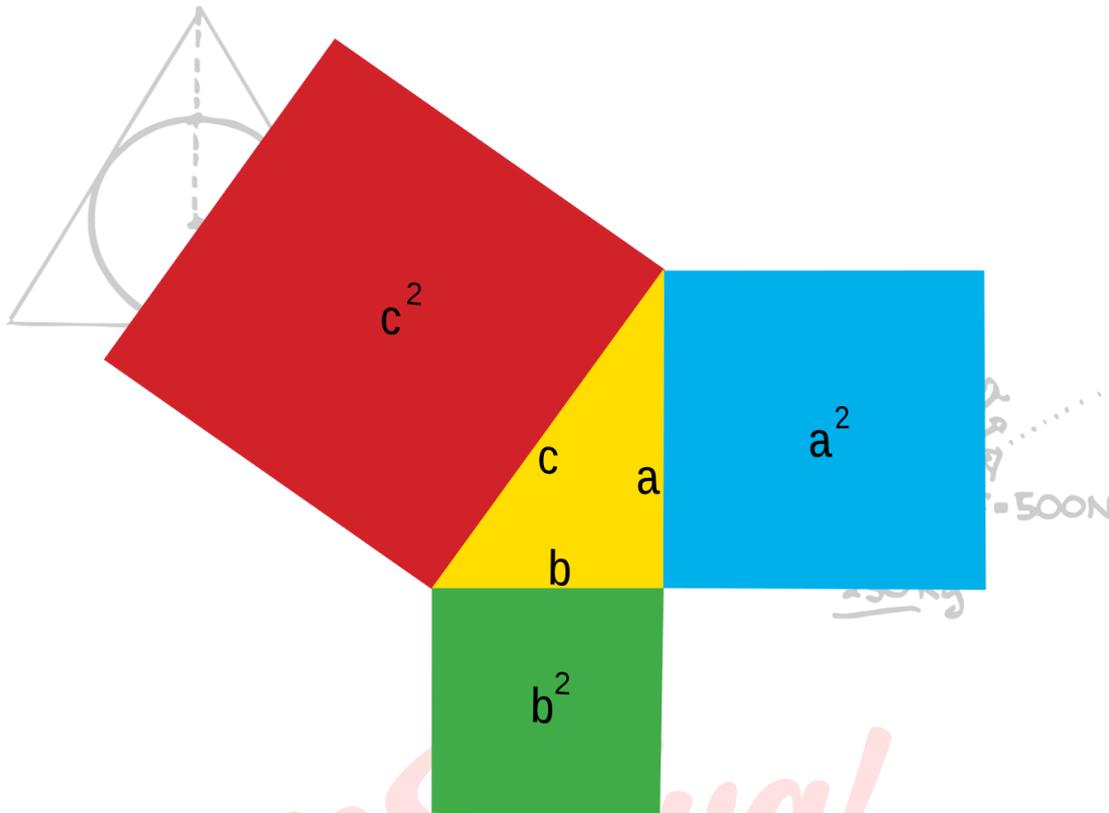
### ALGUNS PRESSUPOSTOS: DA FILOSOFIA AOS FUNDADORES DA SOCIOLOGIA

Para responder a esta pergunta, é preciso que regressemos para antes do nascimento das Ciências Sociais. Mais especificamente, para o campo da Filosofia, onde muitas conceitose oposições fundamentais da Sociologia moderna possuem sua origem.

Durante séculos, os pensadores da tradição ocidental se dividiram entre idealistas e materialistas. É preciso notar que, no jargão filosófico, “idealismo” e “materialismo” nada têm a ver com o sentido destes termos no senso comum, isto é, “idealismo” como o modo de vida de quem se guia por valores nobres e/ou utopias e “materialismo”, por outro lado, como o pensamento de quem só pensa em bens materiais e dinheiro.

Ao contrário de tudo isso, materialistas e idealistas em sentido filosófico sempre disputaram intelectualmente sobre a seguinte questão: qual a relação entre a realidade e o pensamento? Ou, dito de outra forma: qual a relação entre mundo objetivo (o que há “lá fora” da nossa mente) e mundo subjetivo (o que há “aqui dentro” da nossa cabeça)?





O teorema de Pitágoras, uma das relações mais básicas da geometria, é algo que existe objetivamente na natureza ou se trata de uma construção ideal da mente humana?

Para os idealistas, o pensamento determina a realidade, isto é, tudo aquilo que há “lá fora” só é dotado de realidade porque, de alguma maneira, corresponde àquilo que há “aqui dentro”. Já para os materialistas, não haveria qualquer outra substância no universo que não a matéria bruta, fonte última de tudo que existe, inclusive o pensamento, cuja autonomia não passaria de uma doce ilusão. Como você deve ter notado, a oposição idealismo x materialismo perpassa outras oposições fundamentais do pensamento filosófico, como mente x corpo e espiritual x material.

Nos primórdios do pensamento sociológico, Karl Marx (1818-1883) defendeu uma teoria materialista sobre a vida em sociedade segundo a qual todos os aspectos ideais ou “espirituais”, como os valores morais, as crenças religiosas, as ideologias políticas, etc., seriam determinados pelos seus aspectos materiais. Dito de maneira mais específica, tudo aquilo que rege a vida social a nível do pensamento seria condicionado pelo metabolismo do ser humano com a natureza, isto é, nossas relações de produção e subsistência.

Neste sentido, Marx se distanciou da tradição de pensamento sobre a origem da sociedade conhecida como contratualismo, segundo a qual o ser humano produziria a sociedade como um arranjo consciente e racional entre iguais. Ao contrário, defendia que muitas das relações que nos definem enquanto sujeitos e estabelecem nosso lugar na sociedade

independem da nossa escolha racional e mesmo da nossa consciência, sendo, portanto, objetivas e exteriores à nossa determinação, ainda que historicamente construídas.

Mais tarde, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) defendeu uma posição semelhante à de Marx a respeito dos fatos sociais, mesmo que guardando diferenças importantes. Para Durkheim, que necessitava, em sua época, delimitar o campo de estudo da Sociologia em contraste com o da Psicologia, os fatos sociais não se explicariam tão somente pelas motivações interiores dos sujeitos ou a percepção individual de cada um deles sobre a realidade que o cerca, mas teriam uma existência própria, independente de suas manifestações individuais e subjetivas.

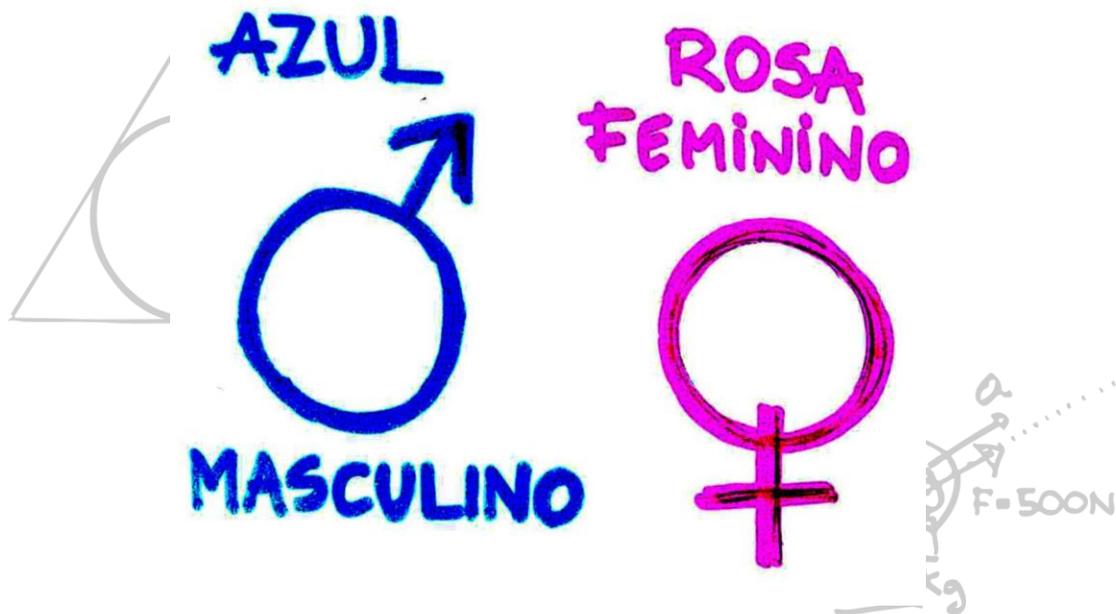
Em outras palavras, para entender a relação entre dois fenômenos sociais (por exemplo, entre o agravamento de uma crise econômica e uma oscilação para cima na taxa média de suicídios), não seria necessário consultar a consciência de cada pessoa envolvida nessa relação, mas sim cruzar a recorrência de ambas as variáveis estatisticamente. Por outro lado, o sociólogo alemão Max Weber (1893-1920) alegava que a sociologia não podia desprezar o sentido subjetivo conferido pelos sujeitos às suas ações frente à sociedade, correndo o risco de deixar de lado na análise um importante aspecto da vida coletiva.

## ENTRE OBJETIVISMO E SUBJETIVISMO: O CONSTRUTIVISMO COMO SÍNTESE

Após os trabalhos fundadores de Marx, Durkheim e Weber, as novas gerações de sociólogos procuraram resolver o impasse criado pela dicotomia entre aspectos objetivos e subjetivos da vida social. É desta tentativa de superar a oposição material x mental, ou objetivismo x subjetivismo, que surge a postura conhecida como construtivismo, de onde surge a famosa máxima de que toda realidade é “socialmente construída”.

Para ilustrar a tese construtivista, pensemos em um exemplo bastante simples: as preferências estéticas de homens e mulheres, meninos e meninas. É evidente que o sexo biológico é uma dimensão objetiva da nossa existência: independentemente da nossa vontade pessoal, viemos ao mundo seja como indivíduos do sexo masculino, seja como indivíduos do sexo feminino, salvo em exceções como o hermafroditismo. É bem possível, ademais, que certas preferências de homens e mulheres sejam governadas por questões hormonais relacionadas ao sexo biológico. No entanto, não há qualquer lei biológica que determine a preferência da cor azul por meninos e da cor rosa por meninas, por mais “natural” que isso pareça em uma sociedade. Em um determinado sentido, portanto, dizemos que tais preferências são fruto de uma construção social: isto é, uma convenção simbólica que relaciona determinadas cores a determinados gêneros dentro de uma cultura ou tradição social. Há um alto grau de invenção nisso, pois outras culturas relacionam outras cores aos gêneros, como o vermelho para o masculino e o azul para o feminino.



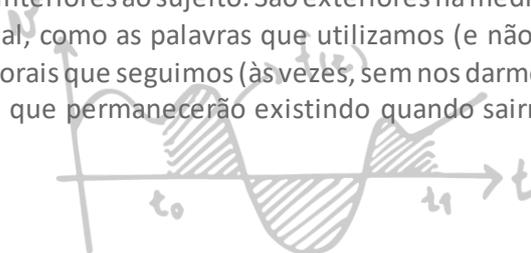


Por outro lado, há certo grau de objetividade nessas preferências, já que, muitas vezes, a menina que prefere azul é vista com estranhamento pela sua família e amigos, e o menino que prefere rosa é habitualmente repreendido por pais, colegas e amigos. Da mesma forma, a recorrência de uma mesma preferência entre indivíduos de um mesmo sexo em uma sociedade sugere que não se trata de algo puramente subjetivo e particular de cada pessoa, mas uma realidade social que detém certa exterioridade e independência frente aos casos individuais.

Na vida social, portanto, os fenômenos possuem uma dupla natureza: por um lado, são subjetivos, isto é, dizem respeito às particularidades, vontades e representações de cada um. Por outro, são objetivos, isto é, sua frequência e recorrência sugerem que não dependem de um mero agregado ou soma das vontades individuais, mas sim de certos padrões que se repetem por meio de um processo de aprendizado cultural ou, como afirmava o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), de reprodução social.

## TUDO BEM, MAS COMO FUNCIONA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE?

Para a perspectiva construtivista, as realidades sociais são, ao mesmo tempo, exteriores e interiores ao sujeito. São exteriores na medida em que se referem a dimensões objetivas do real, como as palavras que utilizamos (e não inventamos toda vez que falamos!), as regras morais que seguimos (às vezes, sem nos darmos conta!) e as instituições às quais pertencemos (e que permanecerão existindo quando sairmos delas!). Por outro lado, são interiores aos



sujeitos na medida em que tocam e permeiam nossas preferências estéticas, nossas decisões morais pontuais, nossas avaliações do que é certo e errado, etc.



Se não fossem interiores a nós, as realidades sociais jamais mudariam ao longo do tempo e seríamos como computadores ou zumbis programados pela sociedade. Mas, se também não fossem exteriores a nós, teríamos de convencionar todas as regras e pressupostos pelos quais vivemos a cada nova interação social, o que não só é absurdo como totalmente impossível. Você já imaginou se sua escola tivesse de ser refundada a cada dia letivo? Ou se tivéssemos de combinar o significado de cada letra antes de começar uma conversa por Whatsapp?

Portanto, para que a vida social seja durável e estável, é necessário que incorporem certas disposições subjetivas (gostos estéticos, valores morais, etc.) através de estruturas objetivadas, como a linguagem, a educação formal, as tecnologias de informação e comunicação, entre outras. Em geral, o que chamamos de senso comum – isto é, as representações mais genéricas e superficiais que uma sociedade tem da realidade, em um nível pré-reflexivo ou teórico – é o resultado mais visível do processo de incorporação das normas, padrões e representações que regem uma sociedade.

Ora, quanto mais reiteramos através de palavras e ações que meninos gostam de azul e meninas gostam de rosa, mais isto ganha concretude e objetividade, por mais arbitrário e convencional que seja em sua origem.

Além disso, mesmo quando falamos da dimensão mais objetiva e exterior possível da nossa experiência mundana, como as leis naturais que regem o movimento dos corpos e suas transformações de estado físico, precisamos passar por um processo de construção social e internalização dos instrumentos legados pela tradição para conhecer e versar sobre esta realidade. Em outros termos, precisamos aprender a manejar os signos convencionais da Matemática, o nome das constantes físicas e elementos químicos, etc.

## COMO OCORRE A INTERNALIZAÇÃO DAS NORMAS E PADRÕES SOCIAIS?

Em sociedades tradicionais e/ou de pequena escala, o principal meio de internalização das normas, regras e convenções sociais é o grupo de parentesco. É por meio de seus laços familiares que os indivíduos ganham consciência de quem são, qual o seu papel e status na sociedade, assim como recebem a maior parte de conhecimentos e referências que os conduzirão na vida futura. É dentro da família, por exemplo, que meninos aprendem o conjunto de comportamentos esperados de um homem e as meninas, o das mulheres. Não raro, as brincadeiras de uns e outros possuem um componente importantíssimo de aprendizado e internalização destes comportamentos.

Por outro lado, o círculo de socialização primária representado pelo parentesco se complexifica em sociedades modernas ou de massa. Parte importante da internalização das estruturas e disposições sociais é delegada às instituições como a escola, que se encarregam de inculcar e internalizar os valores e parâmetros básicos da vida social na mente das gerações mais jovens.

É importante destacar também que a incorporação destas estruturas e disposições sociais não se dá de maneira inteiramente verbal e expositiva, como em uma aula. Dito de outro modo, incorporamos diversos papéis, valores e representações sociais a partir do que o antropólogo e sociólogo Marcel Mauss (1872-1950) chamou de “técnicas do corpo”, ou seja, os esportes, a etiqueta à mesa, as maneiras de se dançar e gesticular, etc., que são próprias de cada sociedade.

## QUAL A RELAÇÃO ENTRE INTERNALIZAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE INDIVIDUAL?

O ser humano é de tal maneira dependente da sociedade que mesmo a consciência que ele tem de si próprio é, para todos os efeitos, socialmente construída. Vejamos: para nos referirmos a nós mesmos da maneira mais fundamental, isto é, dizendo a palavra “eu”, já tivemos de internalizar algo objetivamente legado pela sociedade, qual seja, o significado do termo “eu” no conjunto de centenas de milhares de palavras que fazem parte do nosso vocabulário cultural.

Da mesma maneira, cada um de nós carrega consigo um nome pessoal, que, salvo raríssimas exceções, não foi escolhido por nós e deriva de uma escolha de nossos pais e familiares dentro de um conjunto de nomes – ou princípios geradores de nomes – herdados da tradição. Conforme vamos crescendo e nos relacionando com instituições sociais como a escola, o Estado e a universidade, vamos desenvolvendo preferências e gostos a partir daquilo que nos é oferecido pelo contexto social: músicas, comidas, esportes, etc.

É exatamente por isso que, para fins analíticos, os cientistas sociais fazem uma distinção importante entre indivíduo e pessoa. Indivíduo, neste sentido, é o ser humano particular

enquanto realidade empírica, isto é, o fato de cada um de nós ser um exemplar individual da espécie *Homo sapiens*. Já pessoa é o indivíduo enquanto dotado de algum status e significação dentro de uma sociedade, seja em relação a seus grupos de socialização primária (como a família) ou secundária (como o mundo da educação, do trabalho e da vida política).

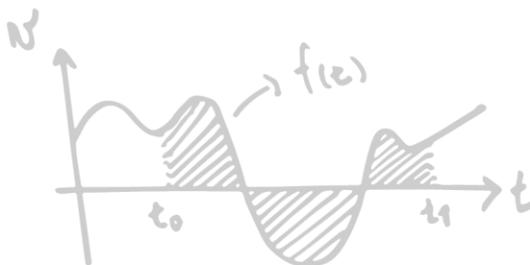
Cada sociedade enfatiza um ou outro aspecto que mais se relaciona com seus valores e tradição cultural na construção dos indivíduos como pessoas. Assim, em nossa sociedade, quando alguém nos pergunta quem somos, normalmente respondemos qual nosso lugar na estrutura produtiva: onde ou com o que trabalhamos. Já em sociedades tradicionais, é mais frequente que se responda a que linhagem ou grupo familiar nós pertencemos, por ser o parentesco uma instituição social bem mais relevante que o mundo econômico nestes universos culturais.

### E A QUESTÃO DO PODER?

Por fim, é importante destacar que o processo de construção social da realidade e da nossa própria identidade está sempre vinculado às relações de poder. Trocando em miúdos, desigualdades de diversas naturezas (materiais, simbólicas, etc.) são mantidas e reproduzidas pela objetivação de estruturas sociais determinadas e pela incorporação de princípios sociais de justificação da autoridade.

De acordo com Weber, ninguém jamais entraria em uma relação de dominação se, de alguma forma, não tivesse internalizado a ideia de que é correto, justo ou natural obedecer a outrem. Logo, podemos dizer que a autoridade – no sentido de dominação legítima – só se mantém enquanto tal por ser construída socialmente.

Assim, no contexto do feudalismo europeu da Idade Média, era preciso crer que a vontade de Deus legitimava o poder de senhores sobre seus servos como uma espécie de ordem natural das coisas, da mesma maneira que, nos dias de hoje, precisamos crer na racionalidade e razoabilidade da Constituição Federal e do processo eleitoral para que obedeçamos às leis votadas pelos políticos no parlamento e implementadas pelas autoridades constituídas, como policiais e juízes.



## PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2001.

Neste livro, o sociólogo Philippe Corcuff expõe os principais conceitos envolvidos na discussão sobre construção social da realidade e analisa de maneira clara e sistemática o pensamento dos principais autores da escola construtivista. Trata-se de uma excelente introdução para ir além do básico!

Filmes e documentários:

- ✓ TED Talk Chimamanda Ngozi - "O perigo de uma história única".  
<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>

TED Talk da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi sobre os perigos de uma única versão sobre a realidade. Em sua fala, a autora desenvolve de maneira interessante alguns princípios do construtivismo social, como a ideia de que tudo tem, ao mesmo tempo, um aspecto subjetivo e objetivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf>> Acesso em 23.02.2016.

BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2013/guia\\_de\\_redacao\\_enem\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf)>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/edital/2016/edital\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf)>. Acesso em 13/07/2016.

